



NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO COLONIAL

Fábio Falcão Oliveira
atelc_off@hotmail.com
(UFSCar)

Resumo

O trabalho tem por perspectiva entender as figurações fundamentais que modelaram o Brasil colonial. Para isso, nos apropriamos do conceito de interdependência de Norbert Elias. Entendemos que a vida social em-si-mesma pode ser observada e entendida se percebermos as interconexões que se formam entre os indivíduos. Cada ser humano é tributário desse processo civilizador. Na colônia brasileira do século XVI e XVII o que está em jogo é o interesse de uma sociedade portuguesa. Por esse motivo o conceito de interdependência de Norbert Elias serve de maneira contundente para investigarmos essas interconexões da vida social. Como exemplo desta interconexão da vida portuguesa, citaremos de forma breve o ministério de Alexandre de Gusmão – isso porque o presente texto se pauta na educação e religiosidade jesuítica de Inácio de Loyola. Devemos lembrar que as figurações nas terras brasileiras devem ser tomadas como teias de relações de indivíduos que se ligam entre si a vários níveis e de diversas maneiras. Na colônia brasileira, temos essa possibilidade de entendermos as interdependências que se formam na perspectiva do estabelecimento de uma hegemonia que visa a glória portuguesa

Palavras-chave: Colônia. Interdependência. Jesuíta.

Introdução

Sobre a educação e religiosidade na colônia brasileira devemos destacar que a sociedade se configura no interior de figurações fundamentais que surgiram na Idade Média e foram superadas no que chamamos de Modernidade. Para isso, buscamos apoio em um conceito basilar, ou seja, o conceito de interdependência.

A interdependência que é proposta por Elias (1994) leva-nos a investigar as interconexões da vida social. Para ele, essa teoria baseia-se na observação de que cada indivíduo, em meio a uma multidão de pessoas independentes é tributário desde a infância num processo de civilização.

Coloca-se um problema, o mais importante campo da sociologia é saber de que maneira e por que razão os homens se ligam entre si e formam conjuntos, ou grupos dinâmicos específicos (BRANDÃO, 2003, p. 61).

Esse conceito de interdependência que é usado por Norbert Elias no *O Processo Civilizador – Formação do Estado e Civilização Vol. II* será a ferramenta principal para analisarmos a colônia portuguesa na perspectiva do Brasil colonial.

1997





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Devemos lembrar que para Elias (Vol. II, 1994) o gradual crescimento da civilização nas maiores áreas populacionais fizeram emergir um padrão que, segundo as circunstâncias, restringe ou proporciona oportunidades aos caprichos e interesses de indivíduos de um grupo específico.

Na colônia brasílica do século XVI e XVII o que está em jogo é o interesse de uma sociedade portuguesa. Por esse motivo o conceito de interdependência de Elias (Vol. II, 1994) serve de maneira contundente para investigarmos essas interconexões da vida social.

Como exemplo desta interconexão da vida portuguesa, citaremos de forma breve o ministério de Alexandre de Gusmão – isso porque o presente texto se pauta na educação e religiosidade jesuítica de Inácio de Loyola.

Brandão (2003) cita esses dois conceitos de Elias – interdependência e figuração¹ – e estabelece uma perspectiva para conseguirmos conceber um processo social e civilizador que corre com teias bem postas para firmar um grupo social em seus ideais.

Os jesuítas nas terras brasílicas configuram-se em estabelecer hegemonia, sendo pela catequese ou pela pedagogia no âmbito da colônia. Sobre o termo hegemonia usado neste texto, devemos lembrar que é a maneira de Antonio Gramsci².

A leitura de Gramsci possibilita um apontamento para entendermos, não só a política de uma sociedade, mas também o estabelecimento de uma educação. Ele mostra que a sementeira intelectual sempre paira e busca dominação e perspectiva de poder pelos organismos que se formam cada um em sua época (NOSELLA, 2008).

Na colônia brasílica, temos essa possibilidade de entendermos as interdependências que se formam na perspectiva do estabelecimento de uma hegemonia que visa a glória portuguesa.

¹ As figurações devem ser entendidas como teias de relações de indivíduos que se ligam entre si a vários níveis e de diversas maneiras (ELIAS, Vol. II, 1994).

² Quando citarmos Gramsci logo mais, devemos ter em mente que estamos citando uma obra organizada por Paolo Nosella no ano de 2010.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Objetivo

O objetivo deste artigo é mostrar que o conceito de interdependência de Norbet Elias (Vol. II, 1994) pode ser aplicado a qualquer contexto histórico para entendermos as interconexões. Nesta mesma via objetivamos que cada indivíduo em meio a uma rede de pessoas singulares e independentes é também contribuinte para o desenvolvimento de um processo civilizador.

O importante é entendermos que os homens ligam-se uns aos outros e contribuem no conjunto de redes que formam uma teia que configura a sociedade.

Pensamos isso porque a colônia brasílica na sociedade portuguesa mostra possibilidades para reprodução da cultura européia. Queremos dizer, a educação jesuítica e a aplicação da pedagogia em si são formas de aproximação das experiências européias.

Neste sentido as interconexões da vida portuguesa são ditadas no dia-a-dia. Existe uma objetivação de entendermos a vida educacional da colônia por via dos jesuítas, e como exemplo citaremos Alexandre de Gusmão: ministério de aproximação do mundo português com a realidade da colônia. Realidade esta que se resume como necessidade pedagógica – cartilha do jesuitismo no Brasil.

Contexto social e colônia brasílica

O Brasil colonial e sua religiosidade é claramente vista nas palavras de Nóbrega (1988, p. 71); chegando nessas terras escreve em 1559, “achamos uma maneira de igreja”, não era igreja, só uma maneira de fazer igreja que os portugueses estavam estabelecendo nestas terras recém descobertas.

O próprio José de Anchieta [...] na informação do Brasil e de suas Capitanias, de 1584, informa que os primeiros frades que vieram para o Brasil foram os franciscanos, mas não se espalharam pela costa ficando mais na Bahia, e depois dos franciscanos vieram os Jesuítas. No caso do Brasil é importante salientar que quando a Coroa portuguesa decide fazer a empresa colonial, de fato, os Jesuítas já se encontravam em Portugal e foram escolhidos para virem para a colônia (COSTA, 2004, p. 41).

1999





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Três das principais ordens religiosas fixaram seu empenho no Brasil. Os franciscanos em 1516 que tinham por missão catequizar os índios da Bahia, os Jesuítas em 1549 que se configuraram no domínio hegemônico da pedagogia e os beneditinos de 1583 que se dedicaram na prática da pregação, todos formam uma teia que configurava a sociedade no âmbito da cultura européia.

Os frades menores ensinavam os filhos dos portugueses, mas não conseguiram a maestria e a evolução dos Jesuítas que se utilizavam das escolas para propagar não só educação como também a catequese na expectativa da cristianização dos gentios.

São os Jesuítas, e não as outras duas ordens, que a partir de 1549 com os colégios de ler e escrever e sua forma de catequizar ensinavam nestas terras uma pedagogia com silueta enérgica e poderosa (CHAMBOULEYRON, 1999).

O que encontramos na colônia era uma tendência de europeização. Na verdade, os costumes aplicados na colônia eram os mesmos, a educação era o modelo aplicado na Europa. Os padrões da vida cristã deveriam ser aplicados na colônia como em Portugal. Existe um movimento, ou *inter-relações* que é necessária e pode ser facilmente encontrado em diversas épocas. Ligando-se para configurar e formar uma sociedade.

No mundo colonial não é diferente, existe uma ligação dos indivíduos, uma formação funcional que revela uma interdependência que os ligam e estabelecem funções práticas que denomina o contexto onde vivem. Sobre isso, Brandão acredita que “entendemos enquanto uma análise das relações e funções sociais, vistas como um conjunto de relações interdependentes, que ligam os indivíduos entre si numa formação”. (2003, p. 61)

Essas relações e funções que visam ligar os indivíduos entre si mesmos numa formação social é o que Elias (Vol. II, 1994) denomina figuração. Para Brandão (2003) Elias entende a época ou o contexto de cada época como um produto ou conjunto de figurações específicas.

O processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica (ELIAS, Vol. II, 1994, p. 193). Para o autor pessoas do passado não planejaram e nem pretenderam efetivá-las de maneira gradualmente e de medidas conscientes. Também não quer dizer que não exista uma racionalização, pois Elias explica (Vol. II, 1994, p. 193 - 194):

2000





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada racionalmente, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem [...] Essa nem é racional – se por racional entendemos que ela resulta intencionalmente da deliberação e do propósito de pessoas isoladas – nem irracional – se por irracional queremos dizer que tenha surgido de maneira incompreensível.

O que Elias (Vol. II, 1994) demonstra que não existe planejamento individual e autônomo, as pessoas do passado não conseguem planejar sobre o futuro. O que existe são interligações de dependência mutuas que põem processos humanizadores (esses racionais ou irracionais) em movimentos levando a uma teia coerente, modelada pelos indivíduos que se relacionam em-si-mesmo.

Nas terras brasílicas os jesuítas perspectivaram um processo civilizador português que era conduzido pelas relações que se estabeleceram entre si. A realidade na colônia brásilica não era constituída por um aparato conceitual ou um dado padrão e sim por uma figuração que foi trazida pelos jesuítas e por outras ordens religiosas para estabelecerem uma conduta de *hábitos* europeus.

No que diz respeito aos jesuítas – a educação e catequese – a aplicação para catequizar os gentios, revelam problemas de certa significação, como informa Serafim Leite (Vol. V, 1945), o Brasil apenas começava a nascer para a cultura do pensamento, sem tradição nem lares, nem velhas Universidades em que se pudesse refletir.

Os que chegavam de Portugal, ou os que nasceram na terra em processo de dominação, tinham que atender aos cuidados mais pertinentes do desbravamento, organizar a cultura literária e científica, a organização social e colonização de um mundo que era novo em tudo.

É claro que a civilização indígena tinha suas prioridades no período colonial, mas eram conquistadas pela imposição do colonizador. Existia um processo de estabelecimento social como na Europa, ou melhor, podemos dizer que na colônia havia uma necessidade de estabelecer educação e religiosidade que proporcionava o avanço do colono português.

Esse avanço civilizador, segundo Elias (Vol. II, 1994), é um processo de efetivação gradual através de medidas conscientes, que não foge da racionalidade.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A imagem do indivíduo como ser inteiramente livre, independente, uma “personalidade fechada” que “por dentro” inteiramente auto-suficiente e separada de todos os demais, tem por trás de si uma longa tradição, no desenvolvimento das sociedades européias. Na filosofia clássica, essa figura entra em cena como sujeito epistemológico. Neste papel, como *homo philosophicus*, o indivíduo obtém conhecimento do mundo externo de uma forma inteiramente autônoma. Não precisa aprender, receber seus conhecimentos de outros. O fato de que chegou ao mundo como criança, o processo inteiro de seu desenvolvimento até a vida adulta e como adulto, é ignorados irrelevantes por essa imagem de homem. No desenvolvimento da humanidade, foram precisos milhares de anos para que o homem começasse a compreender as relações entre os fenômenos naturais, o curso das estrelas, a chuva e o sol, o trovão e o raio, como manifestações de uma sequência, de conexões causais cegas, impessoais, inteiramente mecânicas e regulares. Mas a personalidade do *homo philosophicus* aparentemente percebe essa cadeia causal mecânica e regular [...]

Essa construção e desenvolvimento da humanidade realizaram-se num processo de milhares de anos. Isso para o homem compreender os verdadeiros fenômenos naturais. O papel do *homo philosophicus* se expressa na construção do *eu-mundo* diante de si.

Há uma medida racional de interdependência na colônia, um processo de civilização e racionalização. Entendemos que esse processo é um produto que emergiu de um processo histórico e humano. Um resultado de um planejamento calculado que o homem ganhou ao longo de sua experiência e reflexão. Essa experiência que foi levada pelo homem a colônia brasileira o faz aplicar tudo que sabe na sua proposta de hegemonia.

Espada e cruz não se separam no século XVI quando a Igreja Católica exercia poder supra-nacional. Os poderes políticos e religiosos eram, de fato, um só. Assim não é de estranhar que a corte portuguesa, ao dar início afetivo à colonização do Brasil, o tenha feito associada à Companhia de Jesus. Segundo José Maria de Paiva [...] não se tratava, de maneira alguma, de preservação de espaço em relação a heresia protestante: era o medo de desestruturação do seu mundo, o único e verdadeiro. A pedagogia estava em defesa da necessidade, em defesa da sobrevivência (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2001, p. 136).

Na colônia portuguesa a experiência do mundo Europeu e seus embates – sendo políticos e econômicos – deram armas intelectuais e bélicos para conquistar e dominar as terras brasileiras.

A história, as mudanças sociais são frutos de uma racionalização sujeita a interdependências, não são produtos de indivíduos isolados que movimentam as peças para que aconteça conforme pensavam. O cálculo existe o resultado é imprevisível. Porém esse resultado





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

leva os indivíduos a uma busca pela afirmação da hegemonia, que entendo como domínio e subversão da civilização conquistada. Somente assim eles se auto-afirmam.

Brandão (2003, p. 62) argumenta que as figurações que os homens formam entre si estão em fluxo quase permanente, ou seja, são processos e, assim como outros processos presentes nas sociedades, tais não são planejados nem intencionais. É neste sentido que não há racionalização nem irracionalidade, apenas processos históricos que levam os homens a aprender com as experiências aprendidas pelos *homo philosophicus*.

Queremos dizer que as coisas aconteciam de maneira geral na colônia e com naturalidade, com projeto, mas nem por isso existe uma força ordenadora (como Deus ou o Rei de Portugal, por exemplo) que planejava pelos homens as mudanças.

Entendemos que na colônia a educação jesuítica no discurso de Nóbrega, Anchieta ou Gusmão mostra-nos uma natureza de transformação que uma dada figuração social pode sofrer. As configurações relativamente complexas devem surgir de configurações diferenciadas e menos integradas (BRADÃO, 2003, p. 62).

Bittar e Ferreira Júnior (2007, p. 16) falam em sua explanação na obra *casas de bê-a-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16* que os jesuítas tinha esperança na educação de meninos. Pois os mesmos eram educados e recrutados para educar e se tornar operários na pregação catequética.

Muito rapidamente, entretanto, os primeiros jesuítas do Brasil colonial perceberam que não poderiam recrutar esses futuros quadros da Companhia de Jesus entre os índios adultos devido à sua resistência cultural, descrita por Serafim Leite como desilusão, pois, a princípio os padres os julgavam tão aptos como os das Índias Orientais e do Japão, mas logo se deram conta da impossibilidade da imediata elevação deles a estudos superiores e a guias de cristãos. Daí a opção pelas crianças, a nova esperança jesuítica para a disseminação do cristianismo.

Projeto jesuítico da educação colonial

Chegando à terra brasileira P. Nóbrega (1988, p. 194) percebe um ambiente totalmente diferente de sua realidade cristã.

2003





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

E assim este agora a terra nestes termos que, si contarem todas as casas d'esta terra, todas acharão cheias de pecados mortais, cheias de adultérios, fornicações, incestos, e abominações.

Nóbrega entende que a colônia deturpa o ideal cristão, um lugar que não há paz³, onde existem vários roubos e mentiras, os gentios não guardam os mandamentos e servem outro deus. Para transformar essa natureza social Nóbrega pediu a Companhia mais padres para efetuar a evangelização e transformar os gentios em bons cristãos.

Eu quando vejo os poucos que somos, e que nem para acudir aos Cristãos bastamos, e vejo perder meus próximos e criaturas do Senhor á míngua, tomo como remédio clamar ao Criador de todos e a Vossa Alteza que mandem obreiros e a meus Padres e Irmãos que venham (NÓBREGA, 1988, p. 125).

Esse pedido de Nóbrega revela que a figuração na colônia estava sendo mudada, com planejamento, com uma relação social que determinava um fim para aqueles que constituem essa figuração social, não se percebem envolvidos, isto é, a integração e a constituição são imperceptíveis para os mesmos (BRANDÃO, 2003). Esses mo(vi)mentos decorrentes de conflitos e alterações na sociedade que são o que Elias (Vol. II, 1994, p. 194) chama de interdependência.

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, podem dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz (sic) ao processo civilizador.

O mesmo Elias trabalha com a margem de que as decisões individuais dependem da estrutura e da constelação histórica que o indivíduo vive na sociedade. Formando um tecido, ou rolo de cordas que relacionam as pessoas entre si. O escrevo toma uma decisão individual, o rei uma decisão coletiva, as pessoas planejam sua vida, racionalizam conforme o contexto de onde vivem.

³ A paz pensada por Padre Nóbrega está pautada na mística Católica de mundo (cristianismo). A colônia para o Europeu é um lugar selvagem sem lei. A paz religiosa e europeia se manifesta na proposta de colonização que apenas tinha como direção a busca de dominação de um determinado lugar. No caso dos jesuítas a hegemonia se estabelece por meio da catequese e pedagogia, começa a ser formada a proposta de hegemonia.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na colônia existe uma tentativa de unidade, como exemplo, o empenho de Nóbrega em 1557 na catequização dos gentios e salvação dos portugueses que moravam nessas terras: “Agora esperamos pastor, e também padres da Companhia, o que tudo nos ajudará” (NÓBREGA, 1988, p. 168), ou a dificuldade em manter um padrão social – cristão – como o da Europa; “muitos homens casados em Portugal e vivem cá em grandes pecados” (Ibidem, 1988, p. 122).

Existe um tecido básico, com planos e ações isoladas, racionalizados que podem dar origens a mudanças e modelos que nenhum outro ser pensou ou elaborou. Essa relação de Nóbrega e da Companhia de Jesus em catequizar revela que a vontade e o impulso estão entrelaçados com a ordem inaciana, isso é uma interdependência que determina uma mudança na história.

Alexandre de Gusmão e jesuitismo na missiva educativa

Os Jesuítas sempre se empenharam em propagar o ideal cristão nas terras brasileiras. A identidade nasce no momento que as relações de catequese e pedagogia surgem como fator definidor do caráter de missivo.

Segundo Bomfim (1997, p. 337) “com um século, apenas, de existência, o Brasil já produz um brasileiro que o compreende como um todo solitário, com história própria”. Isso significa que, por exemplo, Vicente do Salvador quando registrava se identifica nas terras brasileiras mostrando a necessidade de escrever histórias de uma colônia em formação.

Os primeiros brasileiros tinham apeço ao solo, apegavam-se a terra, sonhavam com a construção de um país (Bomfim, 1997). Esse Alexandre de Gusmão nascido em Lisboa no ano 1629 chega ao Brasil em 1644. Ele entra no colégio Jesuítico do Rio de Janeiro em 1646 e é ordenado Padre Jesuíta em 1664. Com algumas obras literárias mostra-se um homem que respira a mística Jesuítica. Ele é um homem que também participa da construção de um país.

Alexandre de Gusmão abre o seminário de Belém da Cachoeira (1687) na cidade de Cachoeira/BA e expõe seu empenho quando revela sua orientação pedagógica. Esta orientação pedagógica serve para promover e formar homens para República na perspectiva da via jesuítica.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É por isso que quando pensamos no estabelecimento de um discurso sobre os bons costumes na colônia, o que nos vem à mente são os bons costumes comentado por Alexandre de Gusmão na sua obra de 1685, *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia*.

Para Gusmão somente com uma boa base educativa para nação infantil que se forma, de maneira contundente, os governantes da República. As crianças bem criadas na infância serão os bons governantes do futuro.

Que causa possa ser de maior importância, que esta; e que mais importa haver em uma República bons meninos, que boas leis [...] nisso consiste o primeiro meio e fim de uma República bem governada (GUSMÃO, 1685, p. 152).

Devemos levar em conta que ele tirou os discursos de outras fontes que valorizavam a mística religiosa portuguesa. E isso é plausível pois, no tempo de Alexandre de Gusmão está havendo uma inovação educacional e ebulição religiosa. Na sua obra alegórica, *História do predestinado peregrino e de seu irmão precito*, ele mostra como seguir os passos do Cristo:

Vem ser na parábola a história de todo aquele, que seguindo os passos, nesta vida leva, se seguindo o caminho, que tomou, ou se salva, ou se condena. Faço nesta forma afim para mover a curiosidade do leitor como para imitar o estilo de Cristo (GUSMÃO, *Prólogo ao leitor*, 1689).

Não só existia uma efervescência religiosa na colônia brasileira mais também havendo uma inovação educacional, um despertar cultural renascentista que indica uma renovação do homem, dos valores nos vários domínios; na arte, na música, nos livros dedicamos à vida diária (GARIN, 1991).

Por esse motivo Alexandre de Gusmão (GUSMÃO, 1685, p. 38) propõe é uma educação que visa à harmonia do lar e da sociedade. A criança honesta criada nos bons costumes é aquela que fará o bem a República – “porque como a República não seja outra causa mais que a congregação e comunidade de seus cidadãos, quanto estes forem melhores, tanto melhor será a república”. A criança desonesta, a que não adquiriram bons costumes trará prejuízos a República e o reino.

Essa religiosidade e fidelidade proposta por Alexandre de Gusmão expressa um determinado padrão que visa uma estruturação de uma crença. Sobre isso Paiva (2006, p. 46) afirma que “todos comungam da mesma crença”.

2006





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Essa unidade destacada por Paiva (2006) pode ser vista claramente nas obras de Gusmão. Exemplo disso escreve Gusmão (1685, p. 189) que a educação teria que ser explanada desde dos primeiros anos de vida: “suporta esta importância, de boa criação dos meninos comece logo dos primeiros anos de discrição”.

A teologia, no entanto, justificaria a crença, estruturando um argumento e reforçando um determinado padrão de expressão. Sobre essa questão em outra exposição Paiva (2007, p. 10) ressalta:

Em termos de cultura portuguesa, pode-se afirmar com segurança que sua visão de sociedade se pauta pela assimilação da ordem, o *kosmos* (κοσμος) agora cristianizado, em que todo universo se unifica, cada parte ocupando seu lugar de acordo com a função que desempenha o bem comum, Deus ocupando seu lugar central no universo.

A educação, por outro lado, revela-se na base teológica de percepção de mundo do homem do século XVI e XVII. Alexandre de Gusmão (*Dedicatória*, 1678) revela na *Escola de Belém Jesus no Presépio* a necessidade do estabelecimento do cuidado e como preservar regras documentais educacionais, segue o texto: “Escola de Belém repartir com todos aqueles, que lerem, e versarem esta minha escola, para que saibam aproveitar os documentos, que nesta lerem”.

Sobre esse mundo católico jesuítico que se forma nas terras brasílicas, Pitta (1958, p. 154) revela que “todos estão pelo mundo católico”. Isso quer dizer que a religiosidade nas terras de Portugal no século XVI e XVII se configuram nos templos, nos cultos, nos votos, na intercessão dos santos e nas escolas.

Os jesuítas e outros ramos católicos empenhavam-se para catequizar. A canonização dava-se pela perspectiva da admirável devoção que se vivia na colônia. Sem protestantismo, apenas o catolicismo que sufocava a cultura indígena que ali havia.

A escolástica e medievalidade no século XVI e XVII são vista de forma diferente, os valores eram pregados e defendidos na via de uma interconexão social, o homem renasce, “o indivíduo foi posto dentro de uma escala social, a nova civilização concebe o homem como *senhor do mundo* e ponto de referência da criação, copular do universo e elo de conjunção do ser” (CAMBI, 1999, p. 224).

2007





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Cambi (1999, p. 2224) entende ainda que o homem

[...] não exclui Deus, mas volta às costas aos ideais de ascese e da renúncia, pronto para imergir no mundo histórico real com o intento de dominá-lo e nele expandir sua própria humanidade. O homem da nova civilização, uma vez adquirida a consciência de poder ser o artífice de sua própria história, que viver intensamente a vida na cidade junto com seus semelhantes; para isso mergulha na vida civil, engaja-se na política, no comércio e nas artes exprimindo uma visão harmônica e equilibrada dos aspectos multiformes dentro dos quais se desenvolve a atividade humana.

O homem tenta dominar não só a natureza como a própria humanidade. Na colônia isso está patente, a consciência do homem manifesta-se como protagonista da sua própria história. A vida civil, política, comercial, etc, revela-se na disparidade das atividades exercidas. Teias e laços são formados e a configuração de mundo gentio passa para uma realidade colonial portuguesa. A dominação é a situação instigada pelo sistema português no Brasil.

Sobre sociedade civil Gramsci (2010) entende que a mesma é um conjunto de organismo comumente de privados, a sociedade política e o Estado. Eles correspondem e revelam-se na função de hegemonia que o grupo, cujo domínio aflora é aquele que diretamente mostra-se superior. Essa superioridade revela-se no comando e os intelectuais são os maiores representantes do grupo dominante.

O que percebemos neste movimento renascentista que herdou Alexandre de Gusmão e todos os homens de sua época foi à valorização do indivíduo por meio da razão que perdurou por meio do discurso que visava uma dominação (hegemonia).

A exemplo disso, a cidade de Cachoeira/BA e seu distrito Belém da Cachoeira que receberam certa valorização propagada pela pedagogia e religiosidade na representatividade de Alexandre de Gusmão.

Essas pontuações feitas são representações de mudanças específicas que as pessoas se prendem, sendo uma as outras e possibilitam um modelar da personalidade de uma maneira civilizadora (ELIAS, Vol. II, 1994).

Alexandre de Gusmão (1685) no seu discurso sobre os bons costumes mostra-se um homem que aderiu ao projeto de busca pela hegemonia jesuítica no campo da pedagogia e deixa claro ser um indivíduo participante das mudanças de sua época.

2008





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Três pontos podem ser entendidos no que diz respeito ao processo que Alexandre de Gusmão participa em sua época⁴:

1) Ele, como português e participe do movimento jesuítico, é um ser interdependente e somente pode ser entendido como tal já que sua vida é desenvolvida dentro de uma figuração social (busca pela hegemonia por parte dos jesuítas), sendo modelado por figurações que são construídas por ele e com os homens que estão em sua volta.

2) Essas figurações estão continuamente em movimento, sofrendo alterações de diferentes ordens – sendo efêmeras, profundas ou rápidas.

3) Os processos que ele passou são de trocas contínuas, que se dão nas figurações, possibilitando que as intenções individuais façam parte das figurações universais aos quais não podem ser reproduzidas jamais.

Resumindo: o conjunto de todas as figurações sociais forma a sociedade e o indivíduo. No caso de Alexandre de Gusmão, se formou como homem de seu tempo. Mas não podemos excluir a finalidade de hegemonia de campo que se deu pela pedagogia apresentada no discurso do jesuíta citado.

Seu discurso educacional encontra-se com Francesco Petrarca⁵ (1304 – 1374), Pier Paolo Vergerio⁶ (1370 – 1444), Vittorino de Feltre⁷ (1378 – 1446), Leon Battista Alberti⁸ (1404 – 1472), Juan Luís Vives⁹ (1492 – 1540) e João Amos Comenius¹⁰ (1592 – 1670). Pensando nestes e noutros

⁴ É claro que, o que vamos apresentar neste discurso são idéias de Norbert Elias comentadas pelo Prof. Carlos de Fonseca Brandão. O que fizemos foi uma releitura de Alexandre de Gusmão como homem do Brasil colonial introduzindo algumas idéias participativas do sujeito colonial e seu tempo. Com isto, tentamos montar uma teia formadora com o personagem para entender melhor seu movimento literário. Deve o leitor levar em consideração que apenas as idéias de interdependência para analisar as interconexões da sociedade proposta por Norbert Elias devem ser aplicadas neste discurso.

⁵ Ele nada escreveu sobre educação, porém sua obra *Vida dos Antigos* influenciou muito o conceito educativo da época.

⁶ Seu *De ingenuis moribus et liberalibus adolescentiae* onde defende um educação de boa índole e livre do ócio (CAMBI, 1999, p. 230).

⁷ Ensinou em Pádua por vinte e dois anos, inaugurou a Casa Giocosa, onde se deteve ensinando os nobres, filhos de príncipes e gente pobre (LUZURIAGA, 1978, p. 96).

⁸ Em seu discurso Alberti entendia que a infância merecia grande atenção. Foi um dos primeiros homens a censurar o espancamento e os maus tratos a crianças (CAMBI, 1999, p. 232).

⁹ O grande ponto de destaque é uma aplicação de uma psicologia educacional, o emprego de uma técnica (um método) que usa a língua materna para ensinar as línguas chamadas clássicas.

¹⁰ Para Gadotti (1996), a *Didática magna* de Comenius é tida como um dos mais importantes discursos pedagógicos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

autores que foram citados ainda que brevemente no corpo do texto, seus trabalhos expressam a originalidade de uma época renascentista/humanista que influenciou várias pessoas e Alexandre de Gusmão faz parte dessa gama de contribuintes para formação educacional do século XVII.

O que percebemos são as interconexões das vidas sociais. Para Brandão (2003) Elias apenas quer saber de que maneira e porque razão os homens se ligam entre si e formam grupos específicos, ainda que inconsciente. Fala o autor do *O processo civilizador*:

De modo geral, a direção em que o comportamento e a constituição afetiva das pessoas mudam,[...] as sociedades sem um monopólio estável da força são sempre aquelas em que a divisão de função é relativamente pequena, e relativamente curtas as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si. Reciprocamente, as sociedades com monopólios mais estáveis da força, que sempre começam encarnadas numa grande corte de príncipes ou reis, são aquelas em que a divisão de função está mais ou menos avançada, nas quais as cadeias de ações que ligam os indivíduos são mais longas e maior a dependência funcional entre as pessoas (ELIAS, Vol II, 1994, p. 198).

O que Elias (Vol. II, 1994) escreve é importante para entendermos que Gusmão e seu comportamento se ligam ao mundo português porque o monopólio de uma sociedade permanece estável.

Fazendo uma ligação com Gramsci (2010), as interconexões só podem ser vistas no mundo português se percebemos a luta pela hegemonia, no fim das contas é domínio.

A ação de El-rei nestas terras revelam funções que estão num nível avançado, promovendo unidade e domínio. Mostrando cadeias e fios que denotam ações de interligação dos indivíduos atuando uma dependência funcional entre eles – ou, relações interdependentes.

A sociedade portuguesa revela a ação do El-rei nas terras brasílicas; revelam funções que estão num nível avançado, promovendo unidade. Mostrando cadeias e fios que denotam ações de interligação dos indivíduos atuando uma dependência funcional entre eles – ou, relações interdependentes.

Essas interdependências possuem duas características: 1) mesmo quando as relações entre Gusmão, os homens que vivem na colônia e a Companhia sejam intencionais, irá existir conseqüências sociais que ninguém planejou; e, 2) as relações intencionais de interdependência **podem** ser originadas de interdependências humanas não intencionais (BRANDÃO, 2003). “A

2010





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

estrutura de uma sociedade, suas incertezas contínuas, correspondem à estrutura dos indivíduos que formam e o modo como se comportam” (ELIAS, Vol. II, 1993, p. 199).

Para aqueles a quem facilmente se possa impor, seja obrigatório o que se diz da confissão, missa, pregação, doutrina cristã e declamação. Para os outros, procure-se persuadi-los com amor, sem constranger a isso, nem os expulsar das aulas porque o não fizeram, a não ser que fosse causa de relaxamento ou de escândalo para os demais (Const. 2004, p. 146 [482] – destaque em *itálico* do próprio texto).

Percebemos a influência estrutural de uma sociedade que tece seu caminho pela conduta ou acolhimento dos bons costumes (costumes virtuosos) ministrada nas salas de aulas em toda Europa que virou regra nas *Constituições da Companhia de Jesus*.

O que Alexandre de Gusmão escreve faz parte de seu tempo. Ele acreditava que a criança na idade da puerícia não é tão poderosa e ainda falta-lhe a razão. Por esse motivo apresenta o professor como um centauro.

São Gregório Naziazeno diz, que há de ser o mestre, ou ayos dos meninos como aquele mestre de Aquiles chamado Chiron, que as fábulas fingiram para explicar as propriedades do bom mestre, ou ayo do príncipe menino (GUSMÃO, 1685, p. 87).

Os centauros, monstros mitológicos, são tidos como homens cuja forma se manifesta o animal. Aquiles, por exemplo, foi educado por um centauro, é sobre a maestria deste mito que Gusmão chama para explicar a boa educação.

O professor deve como o centauro suportar sobre os lombos Aquiles menino e todo o peso da puerícia. E com a parte homem ensinar o Aquiles menino a arte de lançar setas. Sobre a alimentação, Aquiles comia tutano de veado e de leão que é o símbolo de valor, da coragem e da virtude (o leão) e do temor, do medo e da culpa (veado).

Tudo isso para significar que o mestre dos meninos (professor) deve ter paciência na educação, suportar (como o cavalo) o fardo sobre seus lombos e com prudência e inteligência (como o homem) ensina-lhes técnicas e regras para a direção do espírito. Somente assim chegaria aos bons costumes.

Sobre a movimentação dos Jesuítas, Luzuriaga lembra que

A Ordem dos jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais, ademais, parece que no começo não figuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, a pregação e a catequização. Seus recursos principais

2011





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

eram os chamados “exercícios espirituais”, que exerceram enorme influência anímica e religiosa entre adultos. Todavia pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão o mais importante, entre as atividades da Companhia (LUZURIAGA, 1978, p. 118).

No início, a educação não estava no primeiro plano dos jesuítas, o propósito eram os *Exercícios Espirituais* que levavam o homem aos ritos cristãos, às práticas dos bons costumes.

Para Bittar e Ferreira Júnior (2007, p. 34) “o século 16, que aqui elegemos para estudo, se constitui o marco inicial das práticas pedagógicas que inauguram a longa hegemonia jesuítica na história da educação brasileira – 1549-1759”.

As práticas pedagógicas revelam-se na ação de hegemonia dos jesuítas. Foi essa busca pela hegemonia que fez a educação se tornar uma ferramenta para aplicação do discurso religioso, havendo uma fusão entre pedagogia/religiosidade; os jesuítas tornaram seus discursos fortes e aplicativo, criando, por exemplo, o *Ratio Studiorum*, um plano de estudos¹¹.

Conclusão

Os colégios e seminários jesuíticos tinham por base as línguas clássicas (latim, hebraico e grego). Ensinavam à gramática, humanidades e retórica. Nos cursos superiores incluíram a filosofia, a teologia e ainda alguma outra ciência. Era um sistema humanista que consistia em preleção, explicação, repetição e composição.

Os métodos predominantes eram verbais, memoristas e formalistas. Dava-se ênfase à redação e à leitura dos clássicos. As disciplinas tinham por base a competição, fomentada de vários modos: coletivamente, individualmente, entre grupos rivais, com denominações próprias. Fomentava-se igualmente a emulação entre os escolares, por meio de exames, certames, discussões. Com isso despertava o interesse e o sentimento de competição (LUZURIAGA, 1978, p. 119).

¹¹ Estudos esses que eram passados da seguinte maneira: “as lições de Sagrada Escritura assistirão os estudantes de teologia diariamente, em aulas de três quartos de hora, durante dois anos, isto é, ordinariamente, no segundo e terceiro ano do curso, onde forem dois os professores de teologia: onde houver três, as aulas poderão ser diárias e mais breves ou, se parecer preferível, mais longas em dias alternados” (FRANCA, 1952, 119, § 6).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Esse conjunto é um emaranhado de sistemas que interligam o sujeito à realidade colonial. Alexandre de Gusmão está interligado a este modo de vida e, como qualquer jesuíta, a educação era para ele naturalmente a formação do homem cristão e a busca hegemônica pelo estabelecimento do jesuitismo.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de "hegemonias" políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (NOSELLA, 2008, p. 67).

Formar um homem dentro do modelo cristão jesuítico é introduzi-lo no mundo humanista e hegemônico da ordem no Brasil colonial, sendo por via do ensino de idiomas clássicos, da gramática ou humanidades, com independência de pensamento, com formação crítica, investigadora, alheia a qualquer imposição (LUZURIAGA, 1978).

Como vemos, esse é o mundo que se formou em volta de Alexandre de Gusmão. A pedagogia e as recomendações que aparecem nas suas obras e são frutos de um espírito humanista que manifesta-se no tabuleiro. Ele não só exerceu uma função religiosa/pedagógica, e sim viu na criança uma necessidade de racionalizar.

O que Alexandre de Gusmão chama para discussão? Que os homens devem entender que os pais e os professores podem oferecer uma extensão do recinto colegiado, isto é, escola e família devem educar juntas as crianças. Se conseguirem isso, a sociedade e a República levarão vantagem por via dos bons costumes.

Referências

BITTAR, Marisa e FERREIRA JUNIOR, Amarílio. “A pesquisa em história da educação colonial”. In_: PAIVA, José Maria de, ASSUNÇÃO, Paulo e BITTAR, Maria, (org). **Educação História e Cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007, p. 91 - 112.

_____. **Casas de bê-a-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16**. Brasília: Em Aberto, v. 21, n. 78, 2007, pp. 33-57, dezembro. Disponível: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1240/1108>

_____. **Educação Jesuíta no Brasil Colonial**. Campo Grande: Série-Estudos-Periódicos de Mestrado em Educação da UCDB, número 12, p. 135 – 143, jul/dez, 2001.

2013





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

BOMFIM, Manuel. **O Brasil na América** – Caracterização da Formação Brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Norbert Elias** – Formação, Educação e Emoções de Civilização. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista”. In_: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria *et al* (org). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS e Normas Complementares. São Paulo: Loyola, 2004.

COSTA, Juvenal Célio. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: O Império Português (1540 – 1599)**. Piracicaba: UNIMEP - Tese (Doutorado em Educação), 2004.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador - Vol. II: Formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FRANCA, Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas** – O Ratio Atque Institutio Studiorum. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

GARIN, Eugénio. **O homem renascentista**. Lisboa: Presença, 1991.

GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de Crear Bem os Filhos na Idade da Puerícia** – Dedicada ao Menino de Belém Iesu Nazareno/Séries Clássicas de História e Filosofia da Educação. Lisboa: Oficina de Miguel Deslan, 1685.

_____. **História do predestinado peregrino e seu irmão precito**. Évora: Oficina da Universidade de Évora, 1682.

_____. **Escola de Belém**. Jesus Nascido no presépio. Évora: Oficina da Universidade de Évora, 1678.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil, Vol. V**. Lisboa: Livraria Portugália, 1945.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagógica**. São Paulo: Companhia Editorial nacional, 1978.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil 1549 – 1569** (Cartas Jesuíticas I). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

NOSELLA, Paolo. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massagana, 2010.

_____. **Antonio Gramsci para os educadores**. São Paulo: Uninove/Ufscar, 2008.

PAIVA, José Maria de. “Religiosidade e cultura brasileira – século XVI”. In_: PAIVA, José Maria de, ASSUNÇÃO, Paulo & BITTAR, Maria, (org). **Educação História e Cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007, p. 7 – 28.

_____. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PITTA, Rocha. **História da América Portuguesa**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1958.

